v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A CONTRIBUIÇÃO DAS REDES SOCIAIS PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

THE CONTRIBUTION OF SOCIAL MEDIA TO THE SOCIAL COMMUNICATION OF THE MILITARY POLICE: AN INTEGRATIVE REVIEW

LA CONTRIBUCIÓN DE LAS REDES SOCIALES A LA COMUNICACIÓN SOCIAL DE LA POLICÍA MILITAR: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA

Raphael Wagner Rosa dos Santos[1]

e7109181
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9181

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

As redes sociais têm assumido papel crescente na comunicação institucional das organizações policiais, ampliando as possibilidades de interação direta com a sociedade e de construção da imagem institucional. Este estudo teve como objetivo analisar como as redes sociais têm sido utilizadas pela Polícia Militar como instrumento de comunicação social, a partir da produção científica publicada entre 2020 e 2026. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas no Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar, utilizando os descritores “Polícia Militar” AND “redes sociais”, “Polícia Militar” AND “comunicação social” e “segurança pública” AND “redes sociais”. Foram identificados 66 registros, dos quais 14 estudos compuseram o corpus final após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A análise temática organizou os achados em cinco eixos: desintermediação informacional e protagonismo narrativo; *e-policiamento* comunitário, humanização e aproximação social; utilidade pública, prevenção criminal e gestão de crise; atratividade profissional e recrutamento; e limites e desafios institucionais. Os resultados evidenciam que as redes sociais desempenham papel multifuncional na comunicação policial, favorecendo a aproximação com a sociedade, a disseminação de informações, a prevenção e o fortalecimento da narrativa institucional. Entretanto, sua efetividade depende de governança, padronização normativa e capacidade institucional, persistindo lacunas relacionadas à exclusão digital, à produção de evidências quantitativas, ao recrutamento e à adesão interna dos policiais. Conclui-se que o campo está em expansão, porém ainda apresenta consolidação empírica limitada.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais. Comunicação social. Polícia Militar. Comunicação institucional. Segurança pública.

ABSTRACT

Social media have assumed an increasingly important role in the institutional communication of police organizations, expanding possibilities for direct interaction with society and for the construction of institutional image. This study aimed to analyze how social media have been used by the Military Police as an instrument of social communication, based on scientific literature published between 2020 and 2026. An integrative literature review was conducted, with searches in the CAPES Journals Portal and Google Scholar, using the descriptors “Military Police” AND “social media”, “Military Police” AND “social communication”, and “public security” AND “social media”. A total of 66 records were identified, of which 14 studies comprised the final corpus after the application of inclusion and exclusion criteria.

[1] Graduado em Desenho Industrial pela FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO, especialista em Análise Criminal e em Ciências Forenses, ambas pela Faculdade UNINA.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Thematic analysis organized the findings into five axes: informational disintermediation and narrative protagonism; e-community policing, humanization and social proximity; public utility, crime prevention and crisis management; professional attractiveness and recruitment; and institutional limitations and challenges. The results show that social media have a multifunctional role in police communication, promoting interaction with society, information dissemination, prevention and the strengthening of institutional narratives. However, their effectiveness depends on governance, regulatory standardization and institutional capacity, with persistent gaps related to the digital divide, quantitative evidence, recruitment and internal police engagement. It is concluded that the field is expanding, but still presents limited empirical consolidation.

KEYWORDS: *Social media. Social communication. Military Police. Institutional communication. Public security.*

RESUMEN
Las redes sociales han asumido un papel cada vez más relevante en la comunicación institucional de las organizaciones policiales, ampliando las posibilidades de interacción directa con la sociedad y de construcción de la imagen institucional. Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo las redes sociales han sido utilizadas por la Policía Militar como instrumento de comunicación social, a partir de la producción científica publicada entre 2020 y 2026. Se realizó una revisión integrativa de la literatura, con búsquedas en el Portal de Periódicos CAPES y Google Scholar, utilizando los descriptores "Policía Militar" AND "redes sociales", "Policía Militar" AND "comunicación social" y "seguridad pública" AND "redes sociales". Se identificaron 66 registros, de los cuales 14 estudios compusieron el corpus final después de la aplicación de los criterios de inclusión y exclusión. El análisis temático organizó los hallazgos en cinco ejes: desintermediación informacional y protagonismo narrativo; e-policía comunitaria, humanización y proximidad social; utilidad pública, prevención delictiva y gestión de crisis; atractivo profesional y reclutamiento; y limitaciones y desafíos institucionales. Los resultados evidencian que las redes sociales desempeñan un papel multifuncional en la comunicación policial, favoreciendo la interacción con la sociedad, la difusión de información, la prevención y el fortalecimiento de la narrativa institucional. Sin embargo, su efectividad depende de la gobernanza, la estandarización normativa y la capacidad institucional, persistiendo lagunas relacionadas con la brecha digital, la producción de evidencias cuantitativas, el reclutamiento y la participación interna de los policías. Se concluye que el campo está en expansión, pero aún presenta una consolidación empírica limitada.

PALABRAS CLAVE*: Redes sociales. Comunicación social. Policía Militar. Comunicación institucional. Seguridad pública.*

INTRODUÇÃO

A comunicação institucional ocupa papel estratégico nas organizações contemporâneas, especialmente diante das transformações decorrentes da expansão das tecnologias digitais e das novas formas de interação entre instituições e sociedade. Em razão da complexidade das sociedades atuais, a comunicação organizacional passou a constituir importante recurso para a resolução de problemas institucionais e para a consolidação dos objetivos organizacionais,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

exigindo planejamento sistemático para que a disseminação de informações úteis ao cidadão ocorra de maneira eficaz (CARDOSO, 2006).

No âmbito da administração pública, esse processo se manifesta por meio da comunicação pública, compreendida como uma prática voltada à construção do consenso social e à articulação entre interesses coletivos e institucionais. Para que cumpra sua função, a comunicação pública deve favorecer o acesso à informação, o diálogo, a participação social, a promoção de direitos e da democracia e o enfrentamento da desinformação, constituindo-se como instrumento inclusivo e plural (DUARTE, 2020). Nesse contexto, a comunicação institucional não deve ser compreendida apenas como instrumento de divulgação, mas também como recurso de gestão capaz de articular identidade, discurso e práticas organizacionais (LEMOS, 2021).

As transformações nas formas de comunicação também repercutiram diretamente na relação entre instituições públicas e sociedade. A comunicação pública contemporânea sustenta-se cada vez mais em redes de diálogo contínuo, substituindo progressivamente modelos baseados na transmissão de mensagens rigidamente direcionadas a um público passivo (ROSADO, 2014). Nesse cenário, as redes sociais ampliam as possibilidades de comunicação direta entre instituições e cidadãos, permitindo maior interação, circulação de informações e participação dos diferentes públicos nos processos comunicacionais.

Para as instituições policiais, essa transformação assume particular relevância, uma vez que sua legitimidade está diretamente relacionada à percepção social acerca de sua atuação. As redes sociais podem, nesse sentido, constituir instrumentos estratégicos de comunicação social, possibilitando às corporações policiais ampliar sua presença no espaço público, divulgar informações diretamente à população e construir narrativas institucionais sobre suas ações.

Apesar da crescente utilização das redes sociais no campo da segurança pública, a produção científica sobre o tema ainda se apresenta de maneira fragmentada. Embora a segurança pública seja objeto de expressivo interesse social e acadêmico e tenha apresentado crescimento no número de publicações nos últimos anos, parte dessa produção permanece marcada por discussões pouco sistematizadas (SENTONE, 2023 *apud* CARVALHO; SILVA, 2025). Especificamente quanto à utilização das redes sociais como instrumento de comunicação institucional policial, não foram identificadas, até o momento da realização desta pesquisa, revisões sistematizadas capazes de consolidar criticamente o conhecimento disponível sobre o tema no contexto brasileiro.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Diante desse cenário, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como as redes sociais têm sido utilizadas pela Polícia Militar como instrumento de comunicação social, segundo a produção científica disponível?

A relevância desta investigação decorre da necessidade de sistematizar e sintetizar a produção científica acerca dessa temática, possibilitando compreender as diferentes funções atribuídas às redes sociais pelas corporações policiais militares, bem como identificar potencialidades, limitações, desafios e lacunas presentes na literatura. A realização de uma análise integrada dessa produção pode contribuir para o debate acadêmico sobre comunicação institucional, comunicação pública e segurança pública, além de subsidiar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o uso das tecnologias digitais pelas instituições policiais.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, o uso das redes sociais como instrumento de comunicação social pela Polícia Militar, a partir da produção científica publicada entre 2020 e 2026. Como objetivos específicos, busca-se: identificar e mapear a produção científica sobre o tema, caracterizando-a quanto ao ano de publicação, tipo de estudo e abordagem metodológica; categorizar os estudos incluídos segundo as dimensões temáticas que emergem do uso das redes sociais pelas corporações policiais militares; e sintetizar criticamente as convergências, divergências e lacunas identificadas na literatura, de modo a subsidiar o debate acadêmico e apontar possibilidades para pesquisas futuras.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Comunicação institucional, organizacional e comunicação pública

A comunicação constitui elemento inerente à existência das organizações e uma importante estratégia para o aprimoramento da relação com seus públicos (KUNSCH, 2006). Nas sociedades contemporâneas, a comunicação organizacional assume caráter estratégico, contribuindo para a resolução de problemas institucionais e para a consolidação dos objetivos organizacionais, especialmente quando orientada por planejamento sistemático e pela disseminação eficaz de informações de interesse público (CARDOSO, 2006).

No âmbito da administração pública, essa dimensão se expressa por meio da comunicação pública, compreendida como processo voltado à articulação entre interesses coletivos e institucionais. Para Duarte (2020), sua efetividade está relacionada à garantia de acesso à informação, ao estímulo ao diálogo e à participação social, à promoção de direitos e da democracia e ao enfrentamento da desinformação. Dessa forma, a comunicação pública

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ultrapassa a função de mera transmissão de informações e constitui instrumento de relação entre Estado e sociedade.

Nesse contexto, a comunicação institucional também assume função estratégica, não se restringindo à divulgação das ações realizadas pela organização. Ela atua na articulação entre identidade, discurso e práticas institucionais, contribuindo para a construção da imagem pública e para o fortalecimento da confiança social (LEMOS, 2021). Essa dimensão apresenta especial relevância para instituições policiais, cuja legitimidade está diretamente relacionada à percepção da sociedade acerca de sua atuação.

1.2. Redes sociais como ferramenta de comunicação institucional

A expansão das mídias sociais modificou significativamente as formas de comunicação entre organizações e seus públicos. Cormode e Krishnamurthy (2008) caracterizam as mídias sociais como aplicações *online* que promovem interconexões e possibilitam a produção de conteúdos pelos próprios usuários, ampliando as possibilidades de interação entre cidadãos e instituições públicas.

Nesse cenário, as redes sociais passaram a ocupar espaço relevante nas estratégias de comunicação institucional, sobretudo por possibilitarem disseminação rápida de informações, interação com o público e acompanhamento de sua percepção em relação às organizações. Diferentemente dos meios tradicionais, marcados predominantemente pela comunicação unidirecional e pela mediação dos veículos de imprensa, as redes sociais permitem comunicação bidirecional, possibilitando às instituições responder diretamente a demandas, dúvidas e críticas dos cidadãos (SAFKO; BRAKE, 2010).

Essa transformação também pode ser compreendida a partir da mudança de uma comunicação centrada no emissor para modelos baseados em redes de diálogo e retroalimentação informacional. Rosado (2014) destaca que a consolidação da era digital modificou a relação entre instituições e públicos, tornando a comunicação mais dinâmica e interativa.

No contexto policial, as redes sociais representam simultaneamente oportunidades e desafios. Por um lado, podem favorecer a transparência, a humanização da imagem institucional e a aproximação com a comunidade (PERUZZO, 2013). Por outro, demandam planejamento estratégico, coordenação e protocolos claros, uma vez que a ausência de organização da comunicação pode comprometer a credibilidade institucional, especialmente em situações de crise (DUARTE, 2020).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

1.3. Polícia comunitária e a relação entre polícia e sociedade

A filosofia da polícia comunitária surge como alternativa ao modelo tradicional de policiamento, predominantemente reativo e centrado na repressão ao crime. Sua perspectiva parte do pressuposto de que a segurança pública não constitui responsabilidade exclusiva das instituições policiais, mas resulta de um esforço compartilhado entre polícia e sociedade civil (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994).

Nessa perspectiva, busca-se uma atuação policial mais próxima da população, estimulando uma sociedade ativa, corresponsável e participante na produção da segurança pública (SKOLNICK; BAYLEY, 2001). No Brasil, esse modelo ganhou maior relevância no contexto dos processos de redemocratização das décadas de 1980 e 1990, associados à ampliação da participação social nas políticas públicas de segurança (SOARES, 2015).

Experiências como os Conselhos Comunitários de Segurança, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) expressam diferentes esforços institucionais de aproximação entre polícia e comunidade (FRUHLING, 2007).

Nesse contexto, as redes sociais podem ser compreendidas como ferramentas potencialmente alinhadas aos pressupostos da polícia comunitária, uma vez que oferecem canais de interação, prestação de contas e engajamento com a população (BACCIN; CRUZ, 2015). Entretanto, a incorporação dessas ferramentas não ocorre sem dificuldades. Entre os desafios apontados pela literatura estão a resistência cultural de policiais acostumados a práticas tradicionais, a dependência da iniciativa individual dos agentes e a ausência de estruturas institucionais capazes de reconhecer e incentivar esse tipo de atuação (MARCHESINI DA COSTA; CABRAL; MACCHIONE SAES, 2020).

1.4. Comunicação institucional, *employer branding* e recrutamento nas organizações policiais

Além das funções informativa e relacional, a comunicação institucional pode atuar na construção da imagem empregadora das organizações. Nesse sentido, o conceito de *employer branding* refere-se ao conjunto de estratégias destinadas a posicionar uma organização como local atrativo para trabalhar, considerando tanto públicos externos quanto internos (BACKHAUS; TIKOO, 2004).

Embora originado nos campos da administração e do *marketing*, esse conceito pode ser relacionado às organizações policiais na medida em que suas estratégias comunicacionais

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

também podem contribuir para apresentar a instituição, suas atividades, valores e possibilidades profissionais aos potenciais candidatos.

As redes sociais, nesse contexto, podem funcionar como vitrines institucionais, permitindo a divulgação de rotinas de trabalho, benefícios da carreira, valores organizacionais e experiências dos integrantes das corporações. Além de humanizar a instituição, esses conteúdos podem contribuir para a percepção da carreira policial como possibilidade profissional. Essa perspectiva dialoga com o conceito de *marketing* 3.0, segundo o qual a comunicação deixa de se concentrar exclusivamente no serviço ofertado e passa a considerar o engajamento cultural e colaborativo dos públicos de interesse (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010).

A exposição de policiais em atividade, especialmente em conteúdos relacionados ao cotidiano profissional, à disciplina, à camaradagem e ao orgulho institucional, também pode funcionar como forma de propaganda institucional não paga, influenciando a percepção de jovens sobre a carreira policial e sua valorização social (GOLDSMITH, 2010).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, método que possibilita reunir e sintetizar estudos com diferentes delineamentos e abordagens metodológicas, permitindo uma compreensão ampla do fenômeno investigado (CARVALHO; SILVA, 2025; WHITTEMORE; KNAFL, 2005). A escolha desse método justifica-se pela heterogeneidade da produção científica identificada sobre o uso das redes sociais pela Polícia Militar, possibilitando integrar estudos teóricos e empíricos, qualitativos e quantitativos.

O percurso metodológico foi estruturado a partir das etapas propostas por Cooper (1982), contemplando a formulação da pergunta norteadora, coleta de dados, avaliação dos estudos, análise e interpretação dos resultados e apresentação da síntese produzida. Essas etapas dialogam com o roteiro operacional proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2008) para revisões integrativas.

A pergunta norteadora estabelecida foi: “Como as redes sociais têm sido utilizadas pela Polícia Militar como instrumento de comunicação social, segundo a produção científica disponível?” A partir dessa questão, foram realizadas buscas no Portal de Periódicos CAPES e no Google Scholar, durante o mês de agosto de 2026. Foram utilizados, separadamente, os seguintes descritores e operadores booleanos: “Polícia Militar” AND “redes sociais”; “Polícia Militar” AND “comunicação social”; e “segurança pública” AND “redes sociais”. A estratégia de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

utilização dos descritores separadamente buscou ampliar a sensibilidade da pesquisa e evitar a exclusão precoce de estudos potencialmente relevantes.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos, dissertações e teses publicados em português; estudos que abordassem, de forma direta ou indireta, o uso de redes sociais pela Polícia Militar como instrumento de comunicação institucional ou social; disponibilidade do texto completo; e publicação no período compreendido entre 2020 e 2026. Foram excluídos estudos que não articulassem redes sociais e comunicação social pela Polícia Militar; apresentassem duplicidade entre as bases consultadas; não disponibilizassem o texto completo; ou apresentassem foco exclusivo em investigação criminal, sem relação com comunicação institucional. Foram identificados 66 registros, dos quais 14 estudos compuseram o corpus final da revisão.

Após a seleção, os estudos foram submetidos à extração de informações referentes aos objetivos, procedimentos metodológicos, principais resultados e limitações. Posteriormente, os achados foram organizados por meio de análise temática, permitindo identificar cinco eixos relacionados ao uso de redes sociais pelas corporações policiais militares: (1) desintermediação informacional e protagonismo narrativo; (2) *e-policiamento* comunitário, humanização e aproximação social; (3) utilidade pública, prevenção criminal e gestão de crise; (4) atratividade profissional e recrutamento; e (5) limites e desafios da utilização das redes sociais pelas corporações militares.

A síntese dos resultados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências, tendências e lacunas na produção científica selecionada. A apresentação dos achados foi organizada a partir da caracterização dos estudos incluídos e dos cinco eixos temáticos identificados na análise.

O Quadro 1 apresenta uma síntese do percurso metodológico adotado, reunindo a pergunta norteadora, as estratégias de busca, os critérios de seleção e o resultado final da triagem.

Quadro 1. Síntese do percurso metodológico da revisão integrativa

Fase	**Etapa**	**Descrição**
1	Pergunta norteadora	Como as redes sociais têm sido utilizadas pela Polícia Militar como instrumento de comunicação social, segundo a produção científica disponível?
2	Descritores de busca	“Polícia Militar” AND “redes sociais”; “Polícia Militar” AND “comunicação social”

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

		“segurança pública” AND “redes sociais”
2	Bases de dados	Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar. Consultas realizadas em agosto de 2026.
3	Critérios de inclusão	Artigos, dissertações e teses publicados em português; abordagem direta ou indireta do uso de redes sociais pela Polícia Militar para comunicação institucional/social; texto completo disponível; publicação entre 2020 e 2026.
3	Critérios de exclusão	(E1) não articula redes sociais/comunicação social pela Polícia Militar; (E2) duplicidade entre bases; (E3) ausência de texto completo; (E4) foco exclusivo em investigação criminal, sem relação com comunicação institucional.
4	Seleção e análise	66 registros identificados; 41 excluídos por E1; 09 excluídos por E2; 02 excluídos por E4; 14 estudos incluídos no corpus final; extração de objetivos, metodologia, resultados e limitações, seguida de análise temática em cinco eixos.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2026), a partir de Cooper (1982) e Carvalho e Silva (2025).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Caracterização dos estudos incluídos

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 14 estudos compuseram o corpus final da revisão integrativa. As publicações estão distribuídas entre 2020 e 2026, com concentração nos anos mais recentes: cinco estudos (35,7%) foram publicados em 2026, quatro (28,6%) em 2025 e dois (14,3%) em 2024. Os anos de 2020, 2021 e 2022 apresentaram um estudo cada (7,1%). A concentração da produção em 2025 e 2026 sugere expansão recente do interesse científico pelo uso das redes sociais na comunicação das polícias militares.

Quanto à abordagem metodológica, predominam estudos qualitativos, correspondendo a 12 dos 14 trabalhos (85,7%). Foram identificadas revisões de literatura ou narrativas, estudos de caso, pesquisas documentais e bibliográficas e análises de conteúdo de publicações em redes sociais. Apenas um estudo da amostra adotou o formato de revisão sistemática, evidenciando a predominância de abordagens exploratórias e descritivas.

Os objetos de estudo contemplaram corporações de diferentes estados brasileiros, incluindo São Paulo, Paraná, Amazonas, Pará, Piauí e Tocantins, além de estudos de caráter

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

teórico-conceitual e dois trabalhos produzidos em Portugal. Apesar dessa diversidade, não foram identificadas pesquisas contemplando todas as unidades federativas brasileiras, indicando uma distribuição territorial ainda desigual da produção científica.

Quadro 2. Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa

Nº	Autor(es)/Ano	Periódico/Instituição	Abordagem metodológica	Eixos
1	Penha; Penha; Andrade (2020)	REBESP	Estudo de caso	3
2	Marmaczuk; Beiger (2024)	RECIMA21	Qualitativa, documental e indutiva	1
3	Ferreira; Alves; Oliveira (2021)	Administração: Ensino e Pesquisa	Caso para ensino	2
4	Alves; Novais; Macedo (2024)	Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad	Revisão sistemática	2
5	Ferreira; Oliveira; Oliveira (2022)	RBSP	Revisão de literatura	2 e 5
6	Lima; Aguiar; Polari (2025)	Interference Journal	Análise de conteúdo	2 e 5
7	Antunes (2025)	ISCPSI	Revisão de literatura, qualitativa e documental	1
8	Padilha *et al*. (2026)	RevistaFT	Qualitativa, descritiva e exploratória	2 e 3
9	Ferreira (2025)	ISCPSI	Revisão de literatura nacional e internacional	4
10	Freiberger (2026)	RevistaFT	Revisão narrativa, qualitativa e crítica	1, 3 e 5
11	Aresta (2026)	RECIMA21	Qualitativa baseada em experiência organizacional	1 e 4
12	Barreto *et al.* (2025)	Interference Journal	Estudo de caso e análise do discurso foucaultiana	1
13	Oliveira *et al.* (2026)	REASE	Pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa	5

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

14	Magela (2026)	Revista RGE Interdisciplinar	Qualitativa, exploratória e descritiva	3

Fonte: Elaborado pelo Autor (2026).

Os estudos apresentaram sobreposição temática: cinco dos 14 trabalhos (35,7%) foram classificados em mais de um eixo, indicando que as funções atribuídas às redes sociais não se apresentam de forma isolada, mas articulam dimensões relacionais, estratégicas, técnico-operacionais e críticas.

3.2. Desintermediação informacional e protagonismo narrativo

O primeiro eixo reúne cinco estudos e evidencia a utilização das redes sociais como instrumento de controle da narrativa institucional e construção da imagem pública da Polícia Militar.

Marmaczuk e Beiger (2024) e Aresta (2026), a partir da experiência da Polícia Militar do Paraná, identificam nas redes sociais uma possibilidade de redução da dependência dos veículos tradicionais de comunicação. *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* permitem à corporação divulgar diretamente suas ações e constituir canais próprios de informação, alterando a relação historicamente estabelecida com a imprensa. Aresta (2026) destaca, particularmente, o *YouTube* como fonte primária de informação e instrumento de legitimidade institucional.

Freiberger (2026) amplia essa discussão ao relacionar comunicação digital, confiança pública e enfrentamento da desinformação. A autora identifica transparência, diálogo, utilidade pública e humanização responsável como mecanismos capazes de favorecer a confiança, defendendo que a comunicação digital seja compreendida como capacidade institucional permanente e integrada à governança e à gestão de crises.

Entretanto, os estudos não convergem integralmente quanto à substituição da mídia tradicional. Antunes (2025) defende a complementaridade entre redes sociais e órgãos de comunicação social, argumentando que o afastamento dos veículos tradicionais pode representar risco à legitimidade institucional, sobretudo em situações de crise. Barreto *et al.* (2025), por sua vez, contribuem para essa discussão ao abordar a construção da imagem da Polícia Militar a partir dos discursos institucionais e midiáticos.

Assim, embora as redes sociais ampliem o protagonismo narrativo das corporações, os achados indicam que a autonomia comunicacional não deve ser confundida com isolamento comunicacional. A capacidade de produzir e distribuir diretamente a própria narrativa amplia o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

controle institucional, mas exige equilíbrio entre comunicação própria, diálogo social e relação com a imprensa.

3.3. *E-policiamento* comunitário, humanização e aproximação social

O segundo eixo reúne cinco estudos e aborda as redes sociais como instrumentos de aproximação entre Polícia Militar e sociedade.

Ferreira, Alves e Oliveira (2021) evidenciam a tensão entre as práticas tradicionais de policiamento comunitário e a incorporação das redes sociais, especialmente durante a pandemia de Covid-19. O estudo identifica resistência de parte dos policiais à utilização das plataformas digitais como extensão das práticas de proximidade.

Em sentido complementar, Alves, Novais e Macedo (2024) demonstram que o uso policial das redes sociais ultrapassa a simples transmissão de informações, envolvendo interação e engajamento com a população. Ferreira, Oliveira e Oliveira (2022), por sua vez, sistematizam essa transformação por meio do conceito de *e-policiamento comunitário*, compreendendo as redes como instrumentos capazes de viabilizar práticas de proximidade mesmo na ausência do contato presencial.

Lima, Aguiar e Polari (2025) e Padilha *et al.* (2026) reforçam essa perspectiva ao identificarem as redes sociais como instrumentos de comunicação, diálogo e aproximação entre as corporações e a população. Contudo, Lima, Aguiar e Polari (2025) acrescentam a necessidade de padronização dos conteúdos e de coerência entre os diferentes canais oficiais.

Os achados sugerem, portanto, que as redes sociais não substituem o policiamento comunitário, mas podem reconfigurá-lo, ampliando suas possibilidades de interação. Essa transformação, entretanto, depende tanto da estrutura tecnológica e normativa quanto da adesão dos profissionais às novas práticas comunicacionais.

3.4. Utilidade pública, prevenção criminal e gestão de crise

O terceiro eixo reúne quatro estudos e evidencia uma dimensão mais diretamente instrumental das redes sociais, relacionada à prevenção criminal, disseminação de informações de utilidade pública e gestão de crises.

Penha, Penha e Andrade (2020) identificaram predisposição da população para conhecer e utilizar informações preventivas divulgadas pelas redes sociais, apontando-as como instrumentos capazes de apoiar estratégias preventivas orientadas por informações territoriais.

Padilha *et al.* (2026) aproximam essa função da dimensão comunitária, demonstrando que a comunicação digital pode contribuir simultaneamente para a aproximação social e para a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

otimização do policiamento. Freiberger (2026), contudo, introduz uma perspectiva crítica ao apontar que a mesma comunicação direta capaz de ampliar a utilidade pública pode gerar riscos quando marcada pela unilateralidade, autopromoção ou politização.

Magela (2026) evidencia outro desafio: a existência de ferramentas tecnológicas e de marcos normativos não garante, por si só, capacidade institucional de gestão de crises. O estudo identifica um descompasso entre a previsão formal do monitoramento das mídias sociais e a existência de estrutura operacional dedicada a essa atividade.

Dessa forma, a literatura indica que o potencial técnico das redes sociais depende de capacidade institucional para convertê-lo em prática organizada, especialmente em situações de crise.

3.5. Atratividade profissional e recrutamento

O quarto eixo, composto por apenas dois estudos, revela uma função ainda pouco explorada na produção científica: a utilização das redes sociais como instrumentos de atratividade profissional e recrutamento.

Ferreira (2025) aborda diretamente a relação entre comunicação digital, *employer branding* e carreira policial, destacando a importância de estratégias de recrutamento que apresentem de forma autêntica a realidade profissional e integrem comunicação e gestão de pessoas. Aresta (2026), embora não tenha o recrutamento como objetivo central, evidencia que a exposição do cotidiano policial pode produzir efeito indireto de humanização e aproximação da carreira com potenciais candidatos.

A diferença entre os estudos indica que essa função permanece pouco sistematizada. Enquanto Ferreira (2025) trata a atratividade profissional como objetivo explícito, em Aresta (2026) ela aparece como consequência indireta da comunicação institucional. Assim, o recrutamento constitui uma dimensão emergente da comunicação policial digital, ainda pouco investigada no contexto nacional.

3.6. Limites e desafios institucionais

O quinto eixo reúne quatro estudos e concentra os principais riscos e limitações identificados na literatura. Entre eles, destaca-se a necessidade de padronização normativa da comunicação entre diferentes plataformas institucionais. Esse aspecto aparece de forma convergente nos estudos de Lima, Aguiar e Polari (2025) e Oliveira *et al.* (2026), ambos relacionados à Polícia Militar do Amazonas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Freiberger (2026) amplia essa discussão ao identificar riscos associados à comunicação unilateral, autopromoção, politização e exposição indevida. Desse modo, os desafios não são exclusivamente tecnológicos ou administrativos, mas também éticos e políticos.

Outro aspecto relevante é a exclusão digital. Embora o conceito de segurança pública participativa mediada pelas redes pressuponha acesso e engajamento da população, nenhum dos estudos analisados aprofunda a questão das desigualdades de acesso ou letramento digital. Trata-se, portanto, de uma lacuna identificada pela própria revisão.

3.7. Síntese integrada dos achados

A análise dos cinco eixos demonstra que as redes sociais desempenham um papel multifuncional na comunicação social das polícias militares. Elas simultaneamente ampliam o protagonismo narrativo, reconfiguram práticas de policiamento comunitário, apoiam ações de prevenção e utilidade pública, podem contribuir para o recrutamento e produzem novos desafios de governança.

Os Eixos 1 e 2 revelam um primeiro ponto de convergência: a possibilidade de comunicação direta com a sociedade favorece tanto o controle de narrativa institucional quanto novas formas de aproximação comunitária. Entretanto, a literatura também evidencia que essa transformação não ocorre automaticamente, sendo atravessada pela resistência cultural interna e pela necessidade de manutenção de relações com os meios tradicionais de comunicação.

A relação entre os Eixos 2 e 3 demonstra, ainda, que as funções relacional e técnico-operacional não constituem dimensões necessariamente separadas. A aproximação digital pode contribuir para práticas preventivas e para a efetividade do policiamento comunitário, indicando que humanização, participação e utilidade pública podem operar de maneira complementar.

O principal achado crítico emerge, entretanto, do confronto entre os Eixos 3 e 5. A mesma capacidade de comunicação direta que amplia a prevenção, a utilidade pública e o controle narrativo também pode produzir riscos de unilateralidade, autopromoção, politização e exposição indevida quando não acompanhada de governança adequada. Esse movimento pode ser compreendido como um paradoxo da instrumentalidade: quanto maior o potencial comunicacional das redes, maior também a necessidade de estruturas institucionais capazes de regulá-lo.

Por fim, a predominância de estudos qualitativos e descritivos – 85,7% da amostra –, associada à concentração de mais de 60% das publicações em 2025 e 2026, caracteriza um campo de investigação em expansão, porém ainda pouco consolidado empiricamente. A heterogeneidade metodológica, nesse sentido, constitui também um resultado da revisão,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

indicando a necessidade de ampliar pesquisas quantitativas capazes de mensurar alcance, engajamento e efetividade da comunicação policial nas redes sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão integrativa, como as redes sociais têm sido utilizadas pela Polícia Militar como instrumento de comunicação social, a partir da produção científica publicada entre 2020 e 2026. A análise dos 14 estudos selecionados permitiu identificar cinco dimensões principais: desintermediação informacional e protagonismo narrativo; *e-policiamento* comunitário, humanização e aproximação social; utilidade pública, prevenção criminal e gestão de crise; atratividade profissional e recrutamento; e limites e desafios institucionais.

Os achados demonstram que as redes sociais assumem papel multifuncional na comunicação policial, ultrapassando a simples divulgação de informações. As plataformas digitais possibilitam às corporações ampliar o controle sobre sua narrativa institucional, estabelecer formas de aproximação com a sociedade, disseminar informações de utilidade pública e apoiar estratégias preventivas. Também apresentam potencial para humanização institucional e atratividade profissional, embora esta última função ainda seja pouco sistematizada na produção nacional.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam que a presença digital não garante, por si só, uma comunicação institucional efetiva. A ausência de padronização normativa, a resistência interna, a insuficiência de estruturas destinadas à gestão das plataformas e os riscos de comunicação unilateral, autopromoção, politização e exposição indevida constituem desafios relevantes. Nesse sentido, o potencial das redes sociais está diretamente relacionado à capacidade das corporações de estabelecer estratégias de governança, planejamento e gestão da comunicação digital.

Entre as principais lacunas identificadas, destacam-se a escassez de estudos quantitativos, a ausência de investigações aprofundadas sobre exclusão digital, a pouca sistematização do uso das redes para recrutamento e *employer branding*, a necessidade de estudos aplicados sobre padronização normativa e a limitada investigação sobre a resistência e adesão dos próprios policiais às práticas de comunicação digital.

Do ponto de vista metodológico, a predominância de estudos qualitativos, descritivos e recentes evidencia um campo de investigação em expansão, mas ainda em processo de consolidação empírica. A ampliação de pesquisas quantitativas e de estudos comparativos entre

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

diferentes corporações poderá contribuir para avaliar com mais precisão o alcance, o engajamento e a efetividade das estratégias de comunicação desenvolvidas nas redes sociais.

Conclui-se que as redes sociais constituem importante instrumento contemporâneo de comunicação social da Polícia Militar, mas sua efetividade não decorre apenas da presença institucional nas plataformas. Ela depende da articulação entre capacidade tecnológica, planejamento comunicacional, formação dos profissionais, coerência institucional e governança. Assim, mais do que ampliar a visibilidade das corporações, o uso estratégico das redes sociais demanda equilíbrio entre protagonismo institucional, diálogo com a sociedade, transparência e responsabilidade pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raiane de Alencar; NOVAIS, Sueli Menelau de; MACEDO, Francisco Guilherme de Lima. Departamentos policiais e redes sociais: uma interlocução entre pesquisas e práticas. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 19, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.18359/ries.6868.

ANTUNES, Vitor Manuel Gueifão Pereira. A atuação policial na construção da imagem da Polícia de Segurança Pública. 2025. Trabalho Final (VI Curso de Comando e Direção Policial) – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2025.

ARESTA, Wagner Luiz Rocha. Estratégias de comunicação pública digital: o YouTube como ferramenta de legitimidade institucional na polícia militar do Paraná. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, v. 7, n. 3, 2026. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v7i3.7443.

BACCIN, Leonardo Rincon Stankiewicz; CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. Uma reflexão sobre a utilização das redes sociais como forma de auxílio à atuação da polícia comunitária. *Revista Ordem Pública*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/131. Acesso em: 19 ago. 2026.

BACKHAUS, Kristin; TIKOO, Surinder. Conceptualizing and researching employer branding. *Career Development International*, v. 9, n. 5, p. 501-517, 2004. DOI: https://doi.org/10.1108/13620430410550754.

BARRETO, Mariane Katrine Gomes de Araújo; SILVA, Antônia Maria dos Santos; ALENCAR FILHO, José Soares de; SILVA, Francisca Sousa Vale Ferreira da. Imagem da Polícia Militar do Piauí: discursos institucionais e midiáticos sob lente foucaultiana. *Interference Journal*, v. 11, n. 2, p. 4268-4292, 2025. DOI: https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p4268-4292.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000600010.

CARVALHO, Lucius Paulo de; SILVA, Luciana Mara. A revisão integrativa em ciências policiais: abordagem prática e assessoria da inteligência artificial. *Revista do Instituto Brasileiro de*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Segurança Pública – RIBSP, v. 8, n. 20, jan./abr. 2025. DOI: https://doi.org/10.36776/ribsp.v8i20.308.

COOPER, Harris M. Scientific guidelines for conducting integrative research reviews. *Review of Educational Research*, v. 52, n. 2, p. 291-302, 1982.

CORMODE, Graham; KRISHNAMURTHY, Balachander. Key differences between Web 1.0 and Web 2.0. *First Monday*, v. 13, n. 6, 2008. Disponível em: https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/2125. Acesso em: 25 ago. 2026.

DUARTE, Jorge. *Estratégia em comunicação*. 2. ed. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. (Material didático produzido para o III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário). ISBN 978-65-00-01818-9.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; ALVES, Ana Luisa Martins; OLIVEIRA, Cíntia Rodrigues de. A institucionalização das redes sociais on-line pela polícia militar: ameaça ou oportunidade? *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 537-557, set./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.13058/raep.2021.v22n3.2072.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; OLIVEIRA, Lucila Batista; OLIVEIRA, Cíntia Rodrigues de. E-Gov e o policiamento comunitário: as redes sociais online como mecanismo de interação com o público em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 16, n. 3, p. 112-137, ago./set. 2022. DOI: https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v.16.n3.1661.

FERREIRA, Tiago Frederico da Silva. Recrutamento na era digital e a atratividade da carreira policial. 2025. Trabalho Final (VI Curso de Comando e Direção Policial) – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2025.

FREIBERGER, Jéssica Simeao. Comunicação policial nas redes sociais: confiança, legitimidade e enfrentamento à desinformação. *RevistaFT*, v. 30, n. 161, 2026. DOI: https://doi.org/10.69849/12c1w291.

FRUHLING, Hugo. The impact of international models of policing in Latin America: the case of community policing. *Police Practice & Research*, v. 8, n. 2, p. 125-144, 2007.

GOLDSMITH, Andrew. Policing's new visibility. *The British Journal of Criminology*, v. 50, n. 5, p. 914-934, 2010.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. *Marketing 3.0: from products to customers to the human spirit*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. In: MARCHIORI, Marlene (org.). *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006. p. 167-190.

LEMOS, Cláudia. Comunicação é estratégica para qualquer instituição. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação pública na prática: depoimentos*. São Paulo: Aberje; ABC Pública, 2021.

LIMA, Yraquian Alves de; AGUIAR, Denison Melo de; POLARI, Lucas Emanuel Bastos. A importância da comunicação nas redes sociais da polícia militar do Amazonas. *Interference*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Journal, v. 11, n. 2, p. 8936-8966, 2025. DOI: https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8936-8966.

MAGELA, Marcio Albuquerque. Monitoramento digital da imagem institucional da Polícia Militar do Estado do Tocantins: ferramentas, casos de uso e proposta de criação do gabinete de crise de imagem. *Revista RGE Interdisciplinar*, v. 17, n. 5, p. 1-14, 2026. DOI: https://doi.org/10.56238/revgeov17n5-021.

MARCHESINI DA COSTA, Marcelo; CABRAL, Sandro; MACCHIONE SAES, Paula. Dilemas para a implementação de programas de incentivo atrelados a desempenho em segurança pública. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 12, n. 4, 2020. DOI: https://doi.org/10.21118/apgs.v12i4.6053.

MARMACZUK, Adriano Patrik; BEIGER, Luana Gabriela Pereira. Transformação da comunicação institucional da PMPR: redes sociais e novas tendências digitais. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, v. 5, n. 10, 2024. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v5i10.5735.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

OLIVEIRA, Matheus Dantas de; AGUIAR, Denison Melo de; LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; CAMPOS, Bruno Patrício de Azevedo; VERCIANO, Wellington Marcelo dos Santos; REZENDE, Igor Emanuel Pinheiro. O uso da plataforma Instagram como ferramenta de divulgação do trabalho da Polícia Militar do Amazonas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, v. 12, n. 3, 2026. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24621.

PADILHA, Celso Luiz Ribeiro; MADURO, Rosiney Soares; OLIVEIRA, Ronaldo Sá de; SILVA, Walter Ramieli Santo da. O uso das redes sociais pela Polícia Militar do Estado do Pará como ferramenta de aproximação com a sociedade. *RevistaFT*, v. 30, n. 158, 2026. DOI: https://doi.org/10.69849/jm9pnb54.

PENHA, Marcelo; PENHA, Renato; ANDRADE, Diego César Terra de. Inovação em serviços de comunicação: utilização de mídias sociais pela Polícia Militar para redução do índice criminal. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública – REBESP*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 1-8, jan. 2020. Disponível em: https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/398. Acesso em: 19 ago. 2026.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. *MATRIZes*, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

ROSADO, Xavier Inácio Patrício. *A percepção da comunicação social acerca da atividade policial: o discurso televisivo em grandes eventos de cariz político*. 2014. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais) – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2014.

SAFKO, Lon; BRAKE, David K. *A Bíblia da mídia social: táticas, ferramentas e estratégias para construir e transformar negócios*. Tradução de James Gama. São Paulo: Blucher, 2010.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. *Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Série Polícia e Sociedade, n. 2).

SOARES, Luiz Eduardo. Apresentação. In: SOUZA, Robson Sávio Reis. *Quem comanda a segurança pública no Brasil? Atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública*. Belo Horizonte: Letramento, 2015.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. *Community policing: how to get started*. 2. ed. Cincinnati: Anderson Publishing Co., 1994.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.